

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Aleksandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: organizações, inovações e sustentabilidade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-557-0

DOI 10.22533/at.ed.570201911

1. Ciências Sociais. 2. Organizações. 3. Inovações. 4. Sustentabilidade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, inovações e sustentabilidade”, são ao todo trinta e seis artigos dispostos em dois volumes.

As pesquisas apresentadas congregam esforços de análises e reflexões relevantes sobre a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere as relações conflituosas entre inovação e sustentabilidade e a busca de estratégias para resolução destes conflitos.

Os artigos que compõem o volume 1 possibilitam ao leitor o acesso pesquisas relacionadas às políticas públicas, relações políticas, questões de gênero, capital, renda e processos organizacionais. Os temas são abordados a partir de categorias de análise relevantes para a compreensão das relações que permeiam a sociedade brasileira, como a cordialidade, o patrimonialismo e a representatividade.

Ainda no volume 1, destaca-se que os temas são tratados de forma a considerar a importância e impactos da democracia ou da fragilidade desta diante da falta de representatividade, possibilidades de participação e tomada de decisão. Sendo considerado nestes aspectos as disputas de classe e reconhecendo-se os impactos diretos para as questões de gênero, raciais, de acessibilidade, mobilidade e exclusão financeira.

As pesquisas apresentadas no volume 2 do e-book estão vinculadas a duas temáticas centrais, o primeiro é sustentabilidade e meio ambiente, com estudos que tratam sobre a relação da temática com a produção do lixo, o consumo, práticas sustentáveis, processos participativos, tomadas de decisão e comunidades tradicionais. Por outro viés, a temática sustentabilidade e meio ambiente é também analisada a partir da responsabilidade social diante das problemáticas apresentadas pelo agronegócio e sistema empresarial e impactos destes para o meio ambiente.

Para finalizar, são apresentados artigos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre inovação e sustentabilidade em processos educacionais através do uso de bibliotecas, contações de histórias, alfabetização digital e funções de linguagem.

Com temática contemporânea e imprescindível para as relações estabelecidas nos diferentes aspectos da vida social, espera-se com os artigos apresentados contribuir para o reconhecimento de desafios e estratégias construídas coletivamente, bem como, para novas análises da temática e com diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA DEPENDE DO SEU CONSUMO E DA ORGANIZAÇÃO DO LIXO QUE VOCÊ PRODUZ

Luciene Cristina de Assis

Elivania Cristina de Assis Ananias

DOI 10.22533/at.ed.5702019111

CAPÍTULO 2..... 6

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SHOPPING RIOMAR EM FORTALEZA/CE

Inácio Ferreira Façanha Neto

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

DOI 10.22533/at.ed.5702019112

CAPÍTULO 3..... 21

TERRITÓRIO DE MATEIRO: PERSPECTIVA ETNOECOLÓGICA A PARTIR DA PAISAGEM REINVENTADA NO PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO/RJ

Alessandro Melo Rifan

DOI 10.22533/at.ed.5702019113

CAPÍTULO 4..... 34

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E CONSENSUALIDADE: UMA REFLEXÃO EM PROL DO CONSENSO E EM BUSCA POR DIMENSÕES METACRÍTICAS

Laone Lago

DOI 10.22533/at.ed.5702019114

CAPÍTULO 5..... 48

CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO ICMBIO

Cristiane Ramscheid Figueiredo

Camilla Helena da Silva

Fernanda de Barros Boaventura

Beatriz Nascimento Gomes

Maria Vilani Lopes Lima

Lucia Helena de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5702019115

CAPÍTULO 6..... 62

APONTAMENTOS PARA A ELABORACAO DE UMA POLITICA SOCIOAMBIENTAL PARA AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO ALTO RIO TROMBETAS E EM SEU ENTORNO

Wilson Madeira Filho

Ana Maria Motta Ribeiro

Alba Simon

Leonardo Alejandro Gomide Alcântara

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Wagner de Oliveira Rodrigues

Carolina Weiler Thibes
Rogério Geraldo Rocco
Marcelino Conti de Souza

DOI 10.22533/at.ed.5702019116

CAPÍTULO 7..... 80

INTERAÇÕES FLORESTAIS E HÍDRICAS: A POSSIBILIDADE DE DESPOLUIÇÃO DO LAGO GUAÍBA

Francine Cansi
Carlos Cini Marchionatti
Liton Lanes Pilau Sobrinho

DOI 10.22533/at.ed.5702019117

CAPÍTULO 8..... 94

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DA EMPRESA SAMARCO

Cristina Maria Pereira Rosa Gonçalves
Daniela Araújo dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.5702019118

CAPÍTULO 9..... 111

UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM FOCO NA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DOS CATADORES DA ASSOCIAÇÃO NOVO HORIZONTE EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS

Fernanda dos Santos Trindade
Altacir Bunde

DOI 10.22533/at.ed.5702019119

CAPÍTULO 10..... 126

ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS PROMOVIDAS PELOS MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE: IMPLICAÇÕES DIRETAS NO AGRONEGÓCIO

João Gabriel Lima Costa
Carolina Merida

DOI 10.22533/at.ed.57020191110

CAPÍTULO 11..... 133

POLÍTICA PÚBLICA E CONFLITOS: DELINEANDO DISTINTAS PERSPECTIVAS NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS APAS DE MUNICÍPIO DA BAIXADA FLUMINENSE

Tamirez Dornelles Pires Grammatikopoulos
Maria Gracinda Carvalho Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.57020191111

CAPÍTULO 12..... 150

ÉTICA E INTEGRIDADE EMPRESARIAL EM DISCUSSÃO: O PACTO CONTRA A CORRUPÇÃO DO INSTITUTO ETHOS COMO ESTRATÉGIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Maria Ivete Trevisan Fossá
Amanda Frick

DOI 10.22533/at.ed.57020191112

CAPÍTULO 13..... 161

PARA ALÉM DAS ESTANTES: RETRATO DO PROJETO BIBLIOTERAPIA: DOUTORES DA LEITURA DO COLÉGIO OBJETIVO EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

David Vernon Vieira

Maria Daiane de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.57020191113

CAPÍTULO 14..... 169

O ENCANTO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E A MEDIAÇÃO DO CHÃO DE LETRAS

Elizeti Terezinha Caser Rocha

Neusa Christina Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.57020191114

CAPÍTULO 15..... 173

A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA: RELATO DO CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL PARA MULHERES NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

Lara Vitória Pinto Espíndola

Aline da Silva Moreira

DOI 10.22533/at.ed.570201915

CAPÍTULO 16..... 179

A DOCÊNCIA E OS DILEMAS DO ESTRESSE OCUPACIONAL: ESTUDO COM PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA

Magda de Sá Nunes

Luciano Zille Pereira

DOI 10.22533/at.ed.57020191116

CAPÍTULO 17..... 201

ANÁLISIS DE LA GENERACIÓN DE CONOCIMIENTO Y DESARROLLO TECNOLÓGICO POR LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR (IES) E IMPACTO EN LA CULTURA ORGANIZACIONAL DE PYMES DE SONORA, MÉXICO

Paula C. Isiordia-Lachica

Ricardo A. Rodríguez Carvajal

Jorge A. Romero Hidalgo

DOI 10.22533/at.ed.57020191117

CAPÍTULO 18..... 224

A BIOLOGIA DO CONHECIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

Jesús Edelberto Estrada García

DOI 10.22533/at.ed.57020191118

CAPÍTULO 19..... 239

AS FUNÇÕES DE LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO LIVRO POP-UP

Veronica Soares dos Santos

Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima

DOI 10.22533/at.ed.57020191119

SOBRE A ORGANIZADORA.....	252
ÍNDICE REMISSIVO.....	253

CAPÍTULO 9

UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM FOCO NA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DOS CATADORES DA ASSOCIAÇÃO NOVO HORIZONTE EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 05/08/2020

Fernanda dos Santos Trindade

Universidade Federal do Pampa. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS.
<https://orcid.org/0000-0003-3252-7272>

Altacir Bunde

Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Universidade Federal de Goiás (UFG), campus de Catalão; Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus de Santana do Livramento (RS); Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Território - GEISAT cadastrado no CNPq
<https://orcid.org/0000-0002-2308-9541>

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo analisar de que forma se dá o planejamento e a estruturação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no município de Sant'Ana do Livramento com foco na implementação do modelo de gestão integrada de resíduos sólidos com inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis da Associação de Catadores Novo Horizonte (ACNH). Para tal a fundamentação teórica baseia-se na conceituação de políticas públicas, histórico da PNRS e a atuação dos catadores nesse contexto, os planos de gerenciamento e dificuldades encontradas na implementação do modelo de gestão integrada com inclusão de catadores. Por

meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental foi possível identificar diversas dissonâncias entre as secretarias e setores responsáveis para viabilizar ações concretas para a implementação de uma gestão integrada de resíduos sólidos bem como o desinteresse do núcleo político de governo em dar atenção e continuidade para questões relacionadas aos resíduos sólidos que conseqüentemente desconsideram a existência da possibilidade de uma coleta seletiva com inclusão de catadores organizados em uma associação conforme prevê a Lei N° 12.305/2010.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, Catadores, Resíduos sólidos, Poder Público.

AN ANALYSIS OF NATIONAL WASTE POLICY IMPLEMENTATION'S FOCUSING ON SOCIECONOMIC INCLUSION OF NOVO HORIZONTE ASSOCIATION'S COLLECTORS IN SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS

ABSTRACT: This research has as its goal to analyze how the planning and structuring of the National Politics for Solid Residues (PNRS) takes place in the municipality of Sant'Ana do Livramento, with a focus on the implementation of an integrated model for the management of solid residues that includes the New Horizon Collectors Association's collectors of recyclable materials. In order to do so, the theoretical foundation of this work is based on the concepts of public policy, the PNRS's history and the role of the collectors on that context, PNRS's deployment on management plans, and, eventually, the difficulties encountered for the implementation of

an integrated management model with the inclusion of the collectors of recyclable materials. Through semi-structured interviews and document analysis, it was possible to identify various dissonances between the offices and the sectors responsible for making concrete actions for the implementation of an integrated management viable as well as the government's political nuclei indifference towards giving both attention and continuity to issues related to solid residues that consequently do not consider the possibility of the existence of a selective waste collection with the collector's inclusion in an association as is predicted by the law number 12.305/2010.

KEYWORDS: Public policy, Collectors, Solid residues, Public power.

1 | INTRODUÇÃO

Os (as) catadores (as) vêm conquistando seu espaço na agenda governamental por meio de sua atuação política visibilizada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que surgiu em 2001. Além de outros eventos de igual dimensão como, por exemplo, o Fórum Nacional de Lixo e Cidadania em 1998, a realização do I Congresso Nacional dos Catadores de Papel, em 1999, responsáveis por trazer à tona a discussão dessa categoria de trabalhadores historicamente marginalizada.

Esses eventos culminaram na implementação de políticas que atendem, em parte, a demanda dos (as) catadores (as) de materiais recicláveis, as quais podemos citar: a inclusão dos catadores à Classificação Brasileira de Ocupação, em 2001, a Lei Nº 11.445/07 que dispensa a licitação na contratação de associações e cooperativas de catadores para serviço de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos, seguida da Lei nº 12.305/2010 que institui a PNRS encarregada de reunir a esfera social, econômica e ambiental para o enfrentamento do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

A organização coletiva dos (as) catadores (as) em cooperativas e associações, fomentada pelo MNCR e incentivada na PNRS, passa, então, a receber priorização na limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos nos municípios como forma de reconhecimento social e econômico desta categoria de trabalhadores.

No caso da ACNH, um dos objetos de estudo dessa pesquisa, esta consolida-se através da extensão acadêmica, no ano de 2016, e atualmente atua como proponente do projeto dirigido à Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento – “CSS (CSS) em Sant'Ana do Livramento” – juntamente com a Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e o MNCR. Porém, diferentes são as instituições que se encarregam da tarefa de ajudar na organização produtiva de catadores – de igrejas ao Estado – dependendo do contexto onde estão inseridas e a disposições das entidades em se envolver com projetos de fomento a criação de cooperativas e associações de trabalho.

Diante do contexto exposto e tendo em vista que o município de Sant'Ana do Livramento possui uma associação de catadores, o objetivo dessa pesquisa é verificar a

atuação do poder público municipal na implementação da Lei Nº 12.305/2010. Buscando delimitar ainda mais a análise, observo o estabelecimento do modelo de gestão integrado de resíduos sólidos que tem por premissa a coleta seletiva com inclusão de catadores de materiais recicláveis através da organização em associações e cooperativas.

Para tal, pretende-se responder os seguintes problemas: Considerando a PNRS o surgimento da ACNH, como o poder público municipal de Sant’Ana do Livramento tem atuado para a inclusão socioeconômica dos (as) catadores (as)?

Essa pesquisa, portanto, justifica-se pela relevância social visto que analisa de que forma o município tem lidado com as dimensões sociais, ambientais e econômicas as quais a PNRS propõe. Além disto, traz para o cenário acadêmico o debate acerca da temática a fim de incentivar estudos nas mais diversas áreas do conhecimento. Estudos estes, inclusive, demandados pelos próprios agentes públicos entrevistados nesta pesquisa que alegam a necessidade do envolvimento das instituições públicas de ensino superior para realização de estudos que resultem em novos dados e interpretações sobre o atual cenário em que se encontram com a finalidade de buscar soluções e ações coletivas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Entendendo a PNRS como uma política pública utilizo o conceito de Jenkins (1978 apud HOWLETT, RAMESH E PERL 2013, p. 8) política pública é:

“...um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões, estaria, em princípio, ao alcance desses atores”.

Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), essa definição é a mais precisa, pois esclarece questões antes obscurecidas ou muito reducionistas como, por exemplo, os “objetivos e meios” são vários não há apenas uma oportunidade de escolha. Assim, a responsabilidade de decisão do governo é dividida com diferentes indivíduos ou órgãos no interior do governo e a capacidade do governo em implementar suas decisões está ligada ao contexto econômico, político, social em que o governo está inserido e que podem contribuir para o sucesso ou insucesso dos esforços da política pública.

Passando por inúmeras modificações nesses vinte anos de tramitação da PNRS, os catadores de materiais recicláveis são “atores-chave” no debate a respeito da reciclagem e meio ambiente no Brasil (PEREIRA E GOES, 2016, p.22) por meio na luta por direitos em várias regiões no Brasil e fizeram-se presentes e atuantes na implementação da PNRS. Sendo assim, a lei representa um marco importante para uma mudança conjuntural na sociedade brasileira, pois além de entender que o resíduo sólido pode ser reutilizado e reaproveitado inova a partir da proposta de responsabilidade compartilhada, logística reversa e acordos setoriais atentando para a necessidade de um mundo sustentável

(COSTA, 2016). Além disso, promove a inclusão socioeconômica dos catadores através da inserção destes na cadeia produtiva da reciclagem por meio de microempreendimentos organizados em cooperativas e associações que tem prioridade sobre o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos sendo isto resultado de uma luta por reconhecimento travada pela atuação e articulação dos catadores (PEREIRA E GOES, 2016).

Os desdobramentos da PNRS incluem o planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal através dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que deve contemplar desde a geração do resíduo, a identificação do ente gerador até a destinação final ambientalmente adequada abrangendo a responsabilização do setor público, pessoa física ou jurídica (BRASIL, 2010). A elaboração desses planos permitirão os Estados e os municípios ou Distrito Federal o acesso a recursos da União (ou por ela controlados) designados aos empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade (BRASIL, 2010).

Há a possibilidade de elaboração de um consórcio intermunicipal que deve preencher os requisitos solicitados no Artigo 19 da Lei Nº 12.305, sendo que estes mostram-se como uma resolução coletiva de arranjos regionalizados – consórcios públicos – que visam adaptar a prestação de serviços de maneira sustentável e ainda determinar os custos de uma gestão técnica com delimitações das atividades especificamente locais executadas de forma individual e as atividades que devem ser planejadas e articuladas regionalmente.

A elaboração destes consórcios tem o apoio do MMA que transfere recursos para os Estados executar levantamentos referentes às afinidades físicas, sociais, econômicas e políticos-institucionais compartilhada entre os municípios possibilitando, dessa forma, a adoção de soluções conjuntas. Frisando, portanto, que o processo de elaboração dos planos supracitados é realizado de forma participativa e transparente além de garantir o controle social objetivando à preservação dos interesses públicos.

Porém, como requisito básico para implementação dos planos é necessário que haja uma transformação nos modelos de gestão de resíduos sólidos existentes hoje. As autoras Pereira e Curi (2013), explicam a evolução dos modelos de gestão de resíduos sólidos na perspectiva operacional: 1) modelo tradicional de tratamento de resíduos sólidos: seu manejo se dava em grande parte pela administração pública com transporte e coleta até a disposição dos resíduos no lixão; 2) o modelo de gestão de resíduos sólidos incluindo a reciclagem: priorização da redução de geração de resíduos, reciclagem do material, incineração com reaproveitamento de energia e disposição em aterros sanitários e; 3) o modelo de gestão de resíduos sólidos adaptados às novas prioridades da política ambiental que inclui a etapa de reutilização e o conceito de manejo integrado do ciclo vital.

Em uma perspectiva institucional os modelos de limpeza urbana podem ser entendidos de acordo com as formas de administração através de uma empresa pública

específica ou por meio de uma empresa de economia mista instituída para executar essa atividade em particular. Sendo assim, Monteiro *et al* (2001) propõe os modelos de concessão – empresas contratadas são responsáveis pelo planejamento, organização, execução e coordenação do serviço, podendo, ainda terceirizar operações – o modelo de terceirização – o poder público exerce as funções prioritárias ficando apenas a operação propriamente dita para as empresas privadas – e o modelo de consórcio – acordo entre municípios com a união de recursos humanos e financeiros para viabilizar a implantação da ação, programa ou projeto desejado.

Ainda Wirth e Oliveira (2016) apontam algumas limitações que envolvem nos modelos que incluem a iniciativa privada e o poder público municipal como, por exemplo: a) marginalização da atividade de catação através de leis que a criminalizam; b) promove a fragmentação dos catadores entre os formais (associados) e informais (autônomos) sendo estes últimos estigmatizados; c) falta de experiência das empresas contratadas para prestação de serviço de limpeza urbana; d) predominância do modelo privatista em municípios grandes e médios em decorrência da maior arrecadação de imposto o que faz com que a lógica da lucratividade seja prioritária a lógica de conscientização ambiental.

Em relação as dificuldades encontradas para implementação na PNRS no que cerne à organização de catadores destaca-se não apenas a necessidade de aspectos assistenciais, mas também técnicos que orientem a categoria para a expansão da reciclagem, para tal Sant’Ana Metello (2013, p. 34), concluem que é essencial o envolvimento e esforço dos entes federados bem como universidades, movimentos sociais e representantes do setor privado.

Portanto, com a finalidade de identificar o cenário atual da implementação da PNRS no município de Sant’Ana do Livramento com foco na inclusão sócio produtiva dos catadores no processo de reciclagem, adotar-se-á a metodologia exposta no próximo item.

3 | METODOLOGIA

Com o propósito de fundamentar metodologicamente essa pesquisa adotou-se uma abordagem qualitativa utilizando técnicas de comunicação formais e informais de coleta de dados (BAUER E GASKELL, 2002), respectivamente: documentos e entrevistas semiestruturadas. Os documentos selecionados para realizar o estudo viabilizam parte da reconstrução de como o município tem enfrentado problemas ambientais, sociais e econômicos provenientes do manejo inapropriado dos resíduos sólidos. Sendo assim, os documentos tem o intuito de informar e organizar decisões deliberadas cotidianamente e a longo prazo tomadas por pessoas e/ou instituições (MAY, 2004)

Já as entrevistas são adequadas para analisar um problema específico como através de dados, perspectivas presentes, funcionamento de uma organização bem como

a reconstituição de um processo de ação e acontecimentos (QUIVY E CAMPENHOUDT, 2005).

Os entrevistados foram: Entrevistado A (Secretário de Serviços Urbanos), entrevistado B (Engenheira florestal da Secretaria de Serviços Urbanos), entrevistado C (Secretário de Planejamento e Meio Ambiente), entrevistado D (Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura) e entrevistado E (representante do departamento de Meio Ambiente).

Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora acompanhada por um dos professores envolvidos no Pré-Projeto CSS em Sant’Ana do Livramento o que facilitou o acesso e a disponibilidade desses representantes em colaborar com a pesquisa realizada.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ACNH é reativada no ano de 2015 através do projeto financiado pelo CNPq e encabeçado pelas instituições UNIPAMPA, UERGS e IFSul intitulado como “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de Sant’Ana do Livramento/RS”. Anteriormente ao projeto, a Associação havia sido formalizada por meio do Projeto Minuano, porém sem assistência técnica acabou se dispersando. Por meio da incubadora, que tinha por objetivo realizar a incubação de EES no município de Santana do Livramento/RS a partir da realização de pesquisa, capacitação e prestação de assessoria técnica e tecnológica, a Associação é recuperada gradativamente.

Durante esta pesquisa, a associação contava com mais de vinte membros associados ativos e é a proponente do “Pré-Projeto de Coleta Seletiva de Sant’Ana do Livramento” o qual tem como interlocutor a Unipampa e como apoiadores o MNCR, a FLD, UERGS e IFSul. Apresentando como demanda fundamental implementar e consolidar a CSS em Sant’Ana do Livramento juntamente com o poder público municipal e outras entidades parceiras, baseando-se em três pilares essenciais:

- 1) plano de inclusão e capacitação de catadores/as; 2) plano de comunicação e informação (educação ambiental) destinado a sociedade e; 3) plano de CSS de material reciclável nas residências, oportunizando tanto a preservação ambiental, como a inclusão socioeconômica, a partir dos 19 princípios de solidariedade e de um desenvolvimento sustentável. (BUNDE et al., s/d, p. s/n).

No próprio pré-projeto há a menção da PNRS como lei que regulamenta a priorização da contratação de cooperativas e associações para o serviço de limpeza urbana municipal e manejo de resíduos sólidos. Com o suporte das instituições envolvidas no pré-projeto juntamente com o Ministério Público Federal por meio da Procuradora da República no Município, a associação conquistou a liberação de um galpão para armazenamento e separação de materiais cedido pela prefeitura em junho deste ano, além da doação em

trâmite pela Receita Federal de um caminhão para a coleta que será efetivada pós período eleitoral.

Após o breve histórico da ACNH e da análise do pré-projeto, é possível identificar que a formação de redes com atores externos auxilia a mobilização dos catadores organizados em associação a fim de movimentar o debate acerca de como o município tem ministrado a problemática dos resíduos sólidos. É a partir destas interrelações que se forma um grupo de pressão que consegue mobilizar um grupo de atores políticos em que a política pública, neste caso, a PNRS, no município, passa a ser reconfigurada com foco na inclusão socioeconômica dos catadores da associação.

4.1 A perspectiva do poder público municipal na implementação da PNRS

Segundo Howlett, Ramesh e Perl (2013), a implementação de uma política pública depende do contexto econômico, político e social em que um governo está inserido. Com base nisso, utilizo a entrevista com os representantes do poder público municipal para tentar compreender qual a conjuntura em que há essa reconfiguração da PNRS frente o surgimento da ACNH e a formação de redes visando a implantação da CSS.

Assim, pretendeu-se verificar: 1) A evolução da PNRS no município através da Lei Municipal nº 6.731; 2) Qual plano de resíduo o município detém; 3) Se o plano prevê a coleta seletiva com inclusão de catadores; 4) A importância da coleta seletiva com inclusão de catadores; 5) As ações dos órgãos envolvidos para implantação da coleta seletiva com inclusão de catadores até então o momento.

No que cerne a evolução da PNRS através da Lei Municipal nº 6.731 é possível identificar que a principal preocupação do município é relacionada à questão da destinação adequada de resíduos sólidos, implementação da coleta e transbordo. Porém, ainda é evidenciado pelo Entrevistado D que o município a partir do ano de 1999, preocupou-se com a necessidade de recuperação do lixão com um projeto, que teve início no ano de 2001, que obedecia leis e normas técnicas para construção de um aterro a qual tinha recursos financeiros para tal. Entretanto, todas as áreas mapeadas para a construção do aterro sofreram resistência por conta dos moradores que recorriam a Prefeitura para reivindicar contra a instalação de aterros nestes locais. Portanto, ainda havia a necessidade de obedecer às diretrizes do IBAMA que obrigava o município a ter um aterro sanitário que segundo o Entrevistado D:

Para fazer o atendimento da uma lei na época que não era a Lei de Resíduos Sólidos ainda, mas tinha outras leis do meio ambiente que obrigavam a ter destino final adequado, aquela coisa toda [...] Tinha um monte de regra e legislação e obrigatoriedade de fazer um aterro sanitário, recuperar o lixão para virar ele num aterro controlado no mínimo e depois desativar e dar o destino final adequado.

Como resolução desse empasse decidiu-se que, em junho de 2003, os resíduos seriam transportados, por meio de um processo licitatório, para Minas do Leão/RS e, em 2005, trocou-se para São Gabriel/RS, hoje ele é transportado até Candiota/RS. Além disso, os Entrevistados C e D informam que no ano de 2005, procurou-se a implementação de uma coleta seletiva que, inclusive culminou em doação de um caminhão pela Receita Federal, porém sem sucesso, pois não existia ainda nesse ano uma associação ou cooperativa de catadores apenas catadores autônomos o que fez com que, então, se concedesse o serviço de coleta no município através da contratação para uma empresa privada – ANSUS – no ano de 2007-2008.

A recuperação do lixão com entrega da área concretizou-se em 2010, mesmo ano em que a Prefeitura começou a dar uma atenção a PNRS, a qual é identificada na fala do Entrevistado C que, além disso, afirma, expõe e questiona a forma de como o município lida com a questão dos resíduos sólidos:

Então, a lógica sempre foi obedecer a Legislação Federal em termos de disposição final, coleta, transbordo e com a dúvida que nós temos sempre, né? De que se efetivamente transportar lixo a 400km, 500km é o mais racionalmente viável, se não seria a instalação oficial, então, do processo de coleta seletiva acompanhado de uma recompostagem da parte orgânica, né? Redução de volume, enfim, separação... Os princípios universais, digamos assim, que é com relação a resíduos sólidos urbanos que a gente deveria dar, em pleno século XXI, nós deveríamos estar com isso daí implantado (Entrevistado C)

O que é alarmante visto que os gastos com relação aos resíduos sólidos no município hoje são exorbitantes, fato este reconhecido pelos Entrevistados: “Esse lixo tá representando em torno de 7 milhões, 8 milhões de reais/ano no orçamento do município. Desculpa o trocadilho, mas estamos colocando dinheiro no lixo, literalmente” (Entrevistado C) e “É faraônico o volume de dinheiro que se gasta no lixo” (Entrevistado D).

Como resolução disto, ambos os entrevistados propõem que a solução seria ou a separação com vistas a reciclagem do material via associação de catadores ou a recompostagem do material orgânico reduzindo ao mínimo o volume de resíduos o que liberaria recurso para uma preocupação compartilhada pelos dois representantes que seria em relação à infraestrutura: habitação e redução do IPTU. Voltaremos à essa questão mais adiante para discorrer sobre a importância atribuída aos catadores na visão dos secretários.

No que cerne à questão relativa ao plano de resíduos que o município detém, todos os entrevistados afirmam que não há um Plano Municipal, porém um plano regional que o entrevistado D reconhece como “Plano de Bagé” tendo em vista que foi encabeçado pela Prefeitura Municipal deste Município, porém os entrevistados B e D reconhecem que o Plano Regional de Resíduos Sólidos que engloba dez municípios é, na verdade, mais um diagnóstico do que um plano propriamente dito e ainda descrevem e problematizam a elaboração desse plano:

O município participou deste plano regional, a gente investiu nele, pegou o pessoal que tava fazendo estudos, caminhou com eles, circulou com eles, gastou com eles, se gastou hora técnica [...] eles vinham buscar informações a gente tinha que fornecer. Nós não fizemos nem uma ingerência sobre o que eles estavam montando, o texto que eles escreveram... a gente só passou informações. Eles pegaram o plano, chamaram de plano um diagnóstico, um estudo de que tem de realidade no município, chamaram de plano, ganharam o dinheiro deles e foram embora. Então a gente só ficou sabendo do conteúdo, do produto final depois que já tava pronto e garimpado. (Entrevistado D).

Ainda, os entrevistados C, D e E declaram que há uma movimentação e até mesmo uma portaria datada desde abril do ano vigente com nomeação de um grupo (secretário geral de governo, de serviços urbanos e planejamento, coordenadora do DEMA e um vereador da Câmara Municipal) para a viabilização de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos, o qual o entrevistado D inclusive é o principal proponente por meio do Conselho Municipal do Meio Ambiente, porém esse plano encontra-se estagnado e além disso há questões mais complexas, conforme expõe o Entrevistado D:

Começou na administração atual a questão de fazer um plano municipal de resíduos, muito bem, aí pelo Conselho do Meio Ambiente teve um grupo de trabalho [...] se começou a fazer o desenho desse esqueleto. Paralelo a isso, a administração, na pessoa da vice-prefeita, que era geral de governo, chamou uma turma de pessoas “vamos fazer o nosso plano municipal de resíduos da administração” aí eu disse “mas, já tem o plano de um grupo de trabalho, então vamos associar os dois”, “não, não, deixa eles fazer o deles e a gente faz o nosso”, “mas eu sou a mesma pessoa”, “faz pros dois lados” [...] chegou o momento que a gente dissolveu o grupo de trabalho do plano municipal de resíduos do órgão lá, do Conselho de Meio Ambiente, entendendo que o conselho tinha que vir pra dentro desse plano pra trabalhar junto, aí o que eu fiz: como eu já dominava toda a parte do conteúdo resíduos já sabendo da associação, da cooperativa, daquele grupo todo, eu montei um plano municipal envolvendo coleta de resíduos, a parte de cooperativas, associação, toda essa novela junto. Como era um trabalho da administração eu passei essa cópia, esse documento para a administração municipal “tá pronto, agora vocês olhem, vejam o que tá bem o que tá ruim, afinem a conversa, excluam ou incluam, e vamos trazer ele pra comunidade, audiência pública pra entidades, conselho de meio ambiente” e ele parou no tempo.

O que de fato não ocorreu, e ao serem questionados sobre o porquê da estagnação o entrevistado D cita um desentendimento entre a vice-prefeita e o prefeito atual que desencadeou num desinteresse político no assunto, já o entrevistado C alega que não há preocupação do executivo em políticas locais de resíduos apenas no que cerne a sustentação de serviços básicos já supracitadas: coleta, transbordo e disposição final para a comunidade, “mas um estudo, um trabalho, a discussão com a comunidade de uma política própria com relação de resíduos sólidos não está acontecendo, poderá até acontecer, mas não está acontecendo” (Entrevistado C).

Referente à coleta com inclusão de catadores todos entrevistados reconhecem que não há a inclusão dos catadores, e os entrevistados B e C chamam atenção para que a legislação federal já prevê a coleta seletiva, portanto o plano apenas prevê “a coleta, o recolhimento e pesagem numa espécie de transbordo municipal, que é operado em 24h e desse transbordo a nova pesagem e envio a disposição final, tá? Isso que diz o plano, do que a gente tem conhecimento do plano” (Entrevistado C).

No que cerne à importância que as secretarias/departamento e conselho entrevistados atribuem à inclusão dos catadores na coleta seletiva todos os afirmam ser essencial devido à redução de custos empregados às questões de resíduos na cidade e pela inclusão social de uma categoria historicamente marginalizada.

Se investe um milhão em infraestrutura anualmente na cidade, mas se coloca 8 milhões em lixo. Por falta de um programa mais racional de separação, coleta seletiva, inclusão de catadores e redução de volume/massa de lixo. Esse é o ponto de vista da secretaria do planejamento, não quer dizer que seja a política de governo, mas na nossa parte, nós sempre insistimos nessa linha, nesse caminho aí (Entrevistado C).

É porque eu vou ter duas frentes de trabalho: uma eu vou potencializar uma associação que hoje tá a margem da sociedade, do poder econômico – eles vivem com 50 pila por semana tem gente que vive até com 10 pila por dia – isso não é salário, é salário fome, não sobrevive! Então, tu viabiliza um recurso mais satisfatório pra essa população e tu teria uma redução dos catadores autônomos [...] Então, eu teria a redução da população (de catadores autônomos) com o aumento da dignidade e salário, depois eu teria uma redução do custo disso porque se eu tiver uma estrutura toda ela organizada eu teria uma redução de 6 milhões por ano, mas nada impede que se gaste 1,5 milhão no sistema de coleta seletiva, potencialização da associação, um custo com destino final adequado, então, ainda teria um volume x de dinheiro pra investir na população que a ideia é essa [...] Reduzir o custo, potencializar as populações e reduzir os resíduos que eu vou enterrar num aterro sanitário, essa é a meta de todo mundo, só que essa caminhada não é em dois dias, então, isso seria todo um benefício pra cidade, mas eu ainda não tenho esse vislumbre concluído (Entrevistado D).

Ao serem questionados sobre as ações da Prefeitura no que cerne a implementação da coleta seletiva com inclusão dos catadores surge o projeto “Cidade Linda” encabeçado pela Secretária e Departamento de Planejamento e Meio Ambiente nas falas dos entrevistados, porém com destaque da entrevistada E, uma das principais encarregadas pelo projeto, que explica tratar-se de um:

... programa que visa fazer educação de porta em porta, é um plano piloto, no bairro Planalto, que a gente tá aplicando um questionário para se fazer um diagnóstico depois, entende? Esse questionário fala sobre comportamento, sobre interesse relacionado ao meio ambiente, os resíduos também se poder fazer um levantamento.

Ao ter acesso ao projeto piloto, constatou-se que o investimento financeiro para sua concretização é em torno de R\$ 40 mil para recursos físicos (materiais e equipamentos) e recursos humanos (estagiários) além de contar com catadores e profissionais da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente para auxílio técnico. Porém, o projeto não indica remuneração para os catadores como prevê para os estagiários além de não elucidar de que forma os catadores serão incluídos nesse processo, abstém-se apenas em dizer que após formalização do licenciamento ambiental para utilização do galpão a “Associação de Catadores poderá participar junto a equipe de estagiários da conscientização da população deste bairro.” Quando questionada sobre essa inclusão, a entrevistada E responde:

... a gente conta com a associação de catadores pra fazer a coleta seletiva porque é uma das coisas que nós queremos implantar a partir desse plano piloto [...] Esse projeto visa incluir os catadores como parceiros né.

Em relação ao projeto “Cidade Linda”, o entrevistado C faz sua crítica:

Eu acho que o programa “Cidade Linda” é bacana a proposta, é bacana em si, mas ela fica muito no artificialismo de suprir uma necessidade de um grupo de estudante que precisa estagiar e ao mesmo tempo suprir uma necessidade política de dizer que tem um programa, entende? De contar que tem um programa, utilizar um recursos que existe disponível no fundo que mais causa incomodo do que propriamente soluciona algum problema porque as pessoas não querem as soluções de fato, querem as soluções que são midiáticas que aparecem politicamente corretas, mas que não dão efeito prático. Então, a mudança real de comportamento tem que partir de dentro pra fora, ou seja, se o próprio Departamento de Meio Ambiente não tem uma política de coleta seletiva, se a Secretaria de Planejamento do município não tem uma política correta, adotada, própria de coleta seletiva, se a Prefeitura não tem uma política de coleta seletiva, como que essa prefeitura, essa secretaria, esse departamento vão vender a comunidade uma política na qual elas obviamente não acreditam, né?

O entrevistado ainda expõe que há uma ação da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente que já ocorre há quatro meses que é a pesagem e separação dos resíduos da secretaria. O objetivo é realizar a compostagem no campo do SENAI, produzir terra através do lixo orgânico e entregar o material seco ou reciclável para a ACNH e, por fim, estender esse projeto para todos os órgãos públicos municipais.

Outras questões que não estavam no roteiro de questões, mas que foram levantadas durante as entrevistas foi a relação entre as secretarias, departamentos e o conselho que parece inexistente e uma característica intrínseca da atuação municipal que respinga diretamente na falta de planejamento e organização de ações governamentais efetivas. Esses órgãos, conforme declaração do Entrevistado C, se reúnem apenas para discutir a questão orçamentária: “ano a ano elas repetem a mesma figura orçamentária do ano anterior, pegam o orçamento anterior, dão uma corrigida nos valores, no crescimento vegetativo de folhas, de despesas e tal e isso passa a ser o orçamento do ano seguinte”.

Entretanto, o entrevistado ainda anuncia que desde abril de 2018, propõe-se uma aproximação entre as secretarias – já efetivada com as secretarias de cultura, turismo, agricultura, obras, porém ainda falta a de trânsito e serviços urbanos – para implantação de uma sistemática de planejamento. Já a entrevistada E expõe a dificuldade em contatar e ter solicitações atendidas pela Secretaria de Serviços Urbanos, principalmente, em aspectos relativos à instalação de *containers* que foram adquiridos por meio do Conselho de Meio Ambiente.

Outra questão que surgiu muito timidamente nas falas dos entrevistados A, B e D e evidenciada com muita ênfase pelo entrevistado C, foi a possibilidade de instalação no município de uma empresa recicladora privada que passará a ter preferência sobre os resíduos por meio de um projeto de madeira local Biosintética:

São duas visões bem distintas [...] ou seja, a inclusão dos catadores, a coleta seletiva e tal é uma visão, com relação a resíduos sólidos. A empresa que recebe, usa uma esteira mecânica, separa e transforma em madeira Biosintética todo o rejeito é uma outra visão completamente diferente com relação a tratamento de lixo. E a cidade ainda tá em dúvida sobre qual modelo vai adotar porque tá investindo mal em ambos. Tá evidente que não se decidiu, que não há uma discussão, talvez a montagem do nosso plano municipal de resíduos sólidos seja isso, seja fazer o debate amplo com a comunidade e optar por um modelo (Entrevistado C).

Quando questionado sobre como os catadores seriam incluídos na lógica do segundo ponto de vista exposto, o secretário declarou que na parte da esteira ou de transbordo e separação dos resíduos, porém não deixa de reconhecer que essa empresa limitaria a atuação dos catadores visto que para produção da madeira Biosintética utiliza-se como produto aglutinador o plástico – segundo maior material mais reciclado no Brasil, perdendo apenas para o alumínio, segundo dados do IBGE em 2008 – restando aos catadores apenas o alumínio, metal e o vidro que são materiais que rejeitam o processo.

Ainda realça que a decisão deve ser tomada por toda a população bem como revela que a segunda proposta se torna dificultosa em decorrência da inexistência de um modal de transporte adequado para produção em escala industrial. Já que o município se encontra distante dos mercados consumidores fazendo com que o custo da logística desse produto multiplique-se.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo foi possível elucidar, através da análise das informações obtidas contrastadas com o referencial teórico utilizado, as dificuldades do município em implementar a PNRS principalmente no que concerne a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis.

Isto pode ser visualizado na ausência de um plano – seja ele municipal ou regional – pois a cidade detém apenas de um diagnóstico que engloba dez municípios da região que aponta um prognóstico de dicas relativas aos temas que permeiam o manejo adequado de resíduos sem propor levantamentos de viabilidade para ações efetivas. Além disso, esse plano não foi renovado, atualizado ou revisitado desde sua elaboração.

Além disso, a falta de reconhecimento de que a cidade, hoje, possui ACNH, a qual lhe é iminente a priorização na contratação para o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos, visto que é um pressuposto básico da PNRS, que além da dimensão econômica e ambiental, abrange a esfera social.

Tendo em vista, portanto, essas duas questões aqui levantadas e ainda levando-se em consideração que há uma estagnação no processo de andamento de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos que, conforme declarações, já está pronto e só necessita de ajustes e apreciação popular bem como a falta de apoio do poder público municipal, expresso em seu núcleo de governo, é pertinente questionar: Quais são as justificativas reais para não se adotar uma proposta – projeto CSS – que irá reduzir significativamente as despesas com resíduos sólidos?

Ainda na fala dos entrevistados foi possível identificar algumas dificuldades do município no que cerne a implementação dessa coleta seletiva com inclusão dos catadores:

Entrevistado	Dificuldade apontada
B	Falta de estrutura, vontade e interesse político bem como mudança de comportamento ambiental da população santanense
C	Ausência de políticas local de resíduos em decorrência do desinteresse do núcleo de governo, dissociação entre as secretarias e inexistência de uma consciência dentro da própria prefeitura como um todo
D	Divergências e desentendimentos administrativos e políticos entre os envolvidos com a Prefeitura para a implementação da coleta seletiva com inclusão dos catadores, questões financeiras bem como uma mentalidade acomodada da população santanense

Quadro 1: Dificuldades na implementação da CSS com inclusão de catadores

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

Isto posto, percebo que uma das limitações desta pesquisa foi a impossibilidade de entrevistar representantes do núcleo político de governo, nas figuras do prefeito e vice-prefeita, afim de tentar compreender seus motivos, desentendimentos e divergências presentes no interior do executivo que acabam respigando na temática aqui abordada.

Outra questão que aqui sinto a necessidade em expor é a possibilidade da contratação de uma empresa que acaba por marginalizar ainda mais o trabalho dos catadores visto que toma conta de um dos materiais mais presentes no município, o plástico, que representa

14% dos resíduos doméstico da cidade, perdendo apenas para a matéria orgânica e o papel.

Por fim, compreende-se que há uma movimentação nos órgãos entrevistados, porém acabam ou esbarrando na falta de interesse político ou em ações, programas e projetos que aparentemente são ineficientes.

REFERÊNCIAS

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. 516 p.

BRASIL, Lei 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Presidência da República, Brasília, 2010.

_____. Lei Nº 5.764 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1971.

BUNDE, A. et al. Pré Projeto Coleta Seletiva Solidária em Sant’Ana do Livramento.

COSTA, Edmilson Rodrigues da. Uma Visão Comentada da Lei da PNRS. Disponível em: <<http://www.revistapetrus.com.br/uma-visao-comentada-sobre-a-lei-da-pnrs/>>. Acesso em 14/10/2018.

DAGNINO, R.S.; JOHANSEN, I.C. **Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010**. Mercado de Trabalho. 62: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

GALON, T.; MARZIALE, M.H.P. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, B.C.J; GOES, F.L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 169-199.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 285 p.

PEREIRA, B.C.J; GOES, F.L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 558 p.

PEREIRA, S.S.; CURI, RC. Modelos de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos: a importância dos catadores de materiais recicláveis no processo de gestão ambiental. In: LIRA, WS.,and CÂNDIDO, G. A. [org]. Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2013, pp. 149-172

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4ª Ed. Lisboa: Gradiva, 2005. 281 p.

SANT'ANA DO LIVRAMENTO (RS). Lei nº 6.731, de 14 de agosto de 2014. Publicação Secretária Municipal de Administração em exercício.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, B.C.J; GOES, F.L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 21-44. set. 2018.

WIRTH, I.G.; OLIVEIRA, C.B. A política nacional de resíduos sólidos e os modelos de gestão. In: PEREIRA, B.C.J; GOES, F.L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 217-245.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 68, 126, 127, 128, 129, 131, 132
Alfabetização Digital 173, 174, 175, 176
Alterações 8, 81, 126, 175, 181
Área de Proteção Ambiental 133, 139, 143, 145

B

Biblioteca Escolar 161, 163, 167, 168
Biblioteca Pública 12, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 178
Biblioterapia 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168
Biologia 63, 224

C

Catadores 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125
Competencias Cognoscitivas 224, 230, 232, 235, 237
Conflitos Socioambientais 34, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 62, 63, 64, 77, 79, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148
Conocimiento 201, 202, 204, 209, 218, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 233, 235, 236, 238
Conselho 38, 43, 46, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 68, 100, 116, 119, 120, 121, 122, 129, 130, 131, 134, 138
Contadores de Histórias 169, 170, 171, 172

D

Design Editorial 239, 241, 243
Dimensões da Sustentabilidade 34, 41, 42, 43, 45

E

Empoderamento Feminino 173
Estratégias 2, 6, 8, 9, 15, 16, 19, 32, 41, 43, 47, 50, 51, 52, 59, 79, 100, 110, 127, 150, 154, 158, 159, 179, 180, 181, 185, 187, 191, 193, 195
Estresse Ocupacional 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200
Ética Empresarial 109, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 160

F

Funções de Linguagem 239, 240, 241, 243, 244, 249, 250

G

Gestão Participativa 48, 50, 51, 58

I

Instituição Educacional Privada 179

Instituto Ethos 8, 19, 97, 110

J

Justiça Ambiental 42, 62, 63

L

Lago Guaíba 80, 81, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Leitura 53, 60, 64, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 240, 241, 244, 245, 249, 250, 251

Livro Pop-Up 239, 240, 241, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Lixo 1, 2, 3, 4, 5, 16, 112, 118, 120, 121, 122

M

Mediação 39, 43, 141, 165, 169

Meio Ambiente 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 33, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 58, 80, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 103, 105, 109, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 147, 148

P

Participação Social 48, 49, 50, 52, 59, 60, 61

Poder Público 40, 53, 62, 64, 101, 106, 111, 113, 115, 116, 117, 123, 139, 144

Políticas Públicas 41, 47, 50, 61, 111, 127, 133, 137, 138, 144, 146, 147, 149, 158, 252

Povos e Comunidades Tradicionais 62, 64, 65, 68, 69

Práticas Sustentáveis 6, 7

Professores Ensino Superior 179

Protagonismo Jovem 173

Q

Quilombos 62, 63, 64, 65, 66, 76, 78, 79

R

Racionalidade Ambiental 34, 41, 42, 44, 45, 46

Recursos Hídricos 12, 80, 81, 83, 85, 88, 89, 93, 96, 105

Reflorestamento 15, 80

Resíduos Sólidos 16, 104, 105, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125

Responsabilidade Social 4, 5, 9, 18, 19, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160

Responsabilidade Socioambiental 18, 94, 109

S

Samarco S.A 94, 95

Semiose 239, 241

Shopping Centers 6, 7, 8, 11, 12, 15, 17, 20

Solução Alternativa do Conflito de Interesses 34, 36

Sustentabilidade 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 17, 18, 19, 20, 34, 41, 42, 43, 45, 46, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 130, 131, 133, 139, 143, 148, 158

T

Transformação Social 19, 108, 173

U

Unidades de Conservação 32, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 77, 78, 90, 133, 134, 135, 139, 144, 145, 148

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 